COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N°, DE 2017

(Do Sr. PADRE JOÃO)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 598, de 2017.

Senhor Presidente:

Requeiro à V. Exa, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater as deficiências, incoerências e falta de definição e estruturação, pelo Poder Executivo, do órgão responsável pelas ações pertinentes ao atendimento e desenvolvimento da pesca e aquicultura no país, principalmente após a publicação do Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, que transfere a Secretaria de Aquicultura e Pesca para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), e para debater o Projeto de Decreto Legislativo nº 598, de 2017, que susta os dispositivos do Decreto nº 9.004/2017.

A relação dos convidados com os respectivos contatos serão repassados posteriormente a essa Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

O país possui mais de um milhão de pescadores e pescadoras ativos que necessitam manter seus registros de atividade pesqueira para ter acesso a crédito e apoio nas áreas sanitárias, estruturais e de comercialização, dentre outros.

Atualmente não há atendimento, análise documental e liberação de novos registros de atividade pesqueira, nem fiscalização quanto à pesca predatória. Além disso, não temos um sistema eficiente para atender o setor, falta nivelamento de informações, e, principalmente, não há funcionários suficientes para o atendimento básico das demandas existentes, assim como estrutura para a sua atuação.

São grandes as potencialidades para a produção do pescado, notadamente via aquacultura, com excelentes condições climáticas e imenso potencial hídrico. O pescado é considerado um alimento nobre e indispensável para a segurança alimentar e nutricional da população, recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo a FAO¹ (Food and Agriculture Organization), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, o aumento do comércio global de pescado está a gerar mais riqueza do que nunca, mas os países devem ajudar os pescadores e aquicultores de pequena escala, para que eles também possam colher os benefícios.

Assim, há a necessidade de regularização de toda piscicultura já consolidada no país, gerando crédito para o setor e capacitação constante, assim como investimentos em tecnologia.

O quadro atual evidencia inúmeras estruturas e bens, remanescentes do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), atualmente paralisados e/ou inoperantes. Todo investimento até hoje alocado no setor necessita de apoio. Como exemplo, no Estado de Minas Gerais temos fábricas de gelo paradas, assim como caminhões frigoríficos, unidades de beneficiamento e processamento de pescado.

No Governo do ex-presidente Lula foi criada, em 2003, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, e em 2009, por meio da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, essa Secretaria foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura, em atendimento a várias lutas e reivindicações de todo o setor, vislumbrando alcançar patamares de maior produtor de pescado do

¹ http://www.fao.org/news/story/pt/item/214518/icode/

3

mundo, com garantia de desenvolvimento econômico e geração de trabalho e

renda.

É de extrema relevância debatermos as necessidades e

demandas do setor de pesca e aquicultura, bem como estabelecer uma

estrutura capaz de atender aos trabalhadores desse setor e minimizar os

retrocessos e perdas ocorridos pela falta de definição das responsabilidades de

cada órgão governamental no atendimento ao público alvo e às necessidades

do setor.

A importância da realização dessa Audiência Pública no âmbito

dessa Comissão é no sentido de se debater sobre o tema para que a

sociedade possa participar e seu objetivo primordial é orientar o Poder

Executivo a definir o Ministério mais adequado para atender a este público tão

importante para o desenvolvimento nacional.

Sala da Comissão, em

de

de 2017.

Deputado PADRE JOÃO